

Deputado pretende propor ao Congresso debate sobre congelamento de tributos e encargos
Segundo Eduardo Gomes (PSDB-TO), a proposta vai colocar na mira, sobretudo, a
incidência do ICMS e do PIS/Cofins

Júlio Santos, da Agência CanalEnergia, Negócios

7/6/2005

A batalha dos agentes do setor elétrico para reduzir o impacto de tributos e encargos na conta de energia vai ganhar espaço no Congresso Nacional. O deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) pretende propor um debate para reduzir o preço final da energia por meio de um congelamento de tributos e encargos por um prazo determinado. O deputado conta que planeja desenhar esta proposta em conjunto com os agentes e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

A proposta, de acordo com o deputado, vai colocar na mira, sobretudo, a incidência do ICMS e do PIS/Cofins, entre outros itens. Dados da Aneel indicam que a cobrança de encargos e tributos corresponde hoje a 34% da receita das empresas. "Esta solução não causa de imediato uma perda de receita para União, estados e municípios, servindo para frear um pouco a sanha arrecadatória do governo", comentou o deputado, ao participar nesta terça-feira, 7 de junho, do Fórum **CBIEE** Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

"O objetivo é reduzir o custo final da energia para o consumidor", acrescentou. Segundo o deputado, já existe uma equipe técnica da Câmara dos Deputados trabalhando no levantamento de dados para a formatação da proposta. "Ainda vamos debater a melhor forma de fazer o trâmite legislativo da proposta", contou Eduardo Gomes, acrescentando que esta pode ser uma forma de mobilização para forçar o governo a rever a questão. Ele ressaltou, no entanto, que o encaminhamento dependerá da agenda legislativa.

Para Eduardo Gomes, esta iniciativa pode abrir caminho para o tratamento do tema na reforma tributária. "Isto abre espaço para que na reforma tributária seja apresentada a proposta para que haja uma redução permanente dos tributos e encargos setoriais, inclusive até com a exclusão de alguns impostos que incidem sobre a energia elétrica", observou o deputado.